

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE CASCAVEL/PR (2010–2022)

Kristianno Fireman Tenório
Leandro José de Oliveira
Ricardo Rippel

**GRUPO DE TRABALHO: GT5: Desenvolvimento urbano, urbanização,
inclusão social e qualidade de vida:**

RESUMO

O presente artigo analisa a distribuição da população urbana e rural nos municípios da Região Geográfica Intermediária de Cascavel (PR) entre os anos de 2010 e 2022. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa e utiliza dados dos Censos Demográficos do IBGE, aplicando indicadores de análise regional, como o quociente locacional, o coeficiente de redistribuição e o coeficiente de reestruturação. Esses instrumentos metodológicos permitiram avaliar padrões de concentração, dispersão e reorganização da população com base na localização domiciliar urbana e rural. Os resultados evidenciam a intensificação da urbanização em centros regionais estratégicos, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Pato Branco e Francisco Beltrão, que juntos concentram mais de 50% da população urbana da região. Ao mesmo tempo, municípios de menor porte mantêm características rurais, mas passam por transições estruturais ligadas à centralização de serviços, mecanização agrícola e reconfiguração produtiva. A região apresenta um processo contínuo de reorganização territorial, influenciado por fatores históricos, econômicos e institucionais, refletindo padrões de modernização típicos do Sul do Brasil. A análise contribuiu para o entendimento das transformações demográficas e territoriais em curso, fornecendo subsídios para políticas públicas voltadas ao equilíbrio regional e ao fortalecimento das redes urbanas de média complexidade.

Palavras-chave: Análise Regional. Distribuição Espacial. Quociente Locacional. Reestruturação Territorial. Região Geográfica Intermediária de Cascavel.

INTRODUÇÃO

A configuração territorial do Brasil resulta de um longo percurso histórico, marcado por diferentes fases de ocupação, expansão das atividades econômicas e mudanças na estrutura político-administrativa, fatores que influenciaram tanto a distribuição da população quanto as formas de uso do espaço. Nesse contexto, a criação das Regiões Geográficas Intermediárias (RGIs), oficializada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, introduziu uma nova perspectiva metodológica ao substituir os antigos recortes de mesorregiões e microrregiões. Essa reformulação considera as conexões funcionais entre os territórios, oferecendo uma leitura mais atualizada das dinâmicas regionais (Maricato, 2015; IBGE, 2017)

Localizada na faixa de fronteira do Paraná, no Arco Sul da Fronteira Nacional, a Região Geográfica Intermediária de Cascavel é um exemplo representativo das transformações ocorridas no território. Sua composição atual reúne áreas que pertenciam às antigas mesorregiões Oeste, Sudoeste e parte do Noroeste do estado. A ocupação dessa região foi intensificada a partir dos anos 1940, com a interiorização promovida pela chamada “Marcha para o Oeste” e pela atuação de companhias colonizadoras, como a MARIPÁ, em Toledo, e a Rio Paraná, em Cascavel, que fomentaram tanto o povoamento quanto o desenvolvimento produtivo local (Rippel, 2005, 2015).

A instituição da Região Geográfica Intermediária de Cascavel ampliou as possibilidades de interpretação do território ao integrar processos históricos com critérios técnicos de regionalização. O município de Cascavel, que exerce a função de centro da região, assume papel de destaque como núcleo econômico, populacional e funcional. Sua posição geoestratégica favorece a articulação de fluxos de pessoas, serviços e infraestrutura, contribuindo para a consolidação de dinâmicas de polarização territorial. Essas tendências têm sido intensificadas por mudanças estruturais recentes, como a expansão das cooperativas agroindustriais, a modernização da agricultura e a reorganização produtiva (Ferrera de Lima; Eberhardt; Barros, 2011; Welter *et al.*, 2020).

Os efeitos dessas transformações manifestam-se de maneira desigual entre os 100 municípios que compõem a RGI. Enquanto núcleos urbanos consolidados, como Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, concentram fluxos migratórios, serviços especializados e diversas oportunidades, áreas periféricas ainda lidam com limitações estruturais e persistem em uma condição de ruralidade em transição. Esses contrastes evidenciam dinâmicas territoriais marcadas por dispersão e reconfiguração, exigindo análises mais aprofundadas com base em ferramentas regionais específicas.

Nesse contexto, a observação da distribuição entre população urbana e rural no intervalo de 2010 a 2022 permite investigar de que forma a centralidade regional de Cascavel interfere nos processos de reorganização territorial em sua área de influência. Com base em instrumentos consolidados na literatura regional, como o quociente locacional, o coeficiente de redistribuição e o coeficiente de reestruturação, a análise busca captar as dinâmicas de concentração, dispersão e transição populacional ocorridas ao longo do período.

A utilização desses instrumentos metodológicos tem como propósito aprofundar a compreensão das dinâmicas que configuram o território regional e suas repercussões no planejamento e na elaboração de políticas públicas. Ao integrar os antecedentes históricos com os atuais processos de reestruturação espacial, esta análise propõe uma abordagem

crítica e baseada em evidências sobre as transformações populacionais na RGI de Cascavel, inserindo-se no debate sobre alternativas de desenvolvimento regional no interior paranaense.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, conforme a classificação de Gil (2017), sendo caracterizada como exploratória e descritiva. Para a análise, são utilizados indicadores regionais que permitem examinar as alterações nos padrões de concentração e dispersão populacional entre os espaços urbanos e rurais da Região Geográfica Intermediária (RGI) de Cascavel, no estado do Paraná. As informações demográficas utilizadas no cálculo desses indicadores foram extraídas do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos anos de 2010 e 2022.

A análise regional permite realizar generalizações interpretativas com base nos indicadores selecionados, considerando a natureza do problema, a variável em foco e a delimitação territorial adotada. Neste estudo, verifica-se que a distribuição espacial da população urbana e rural apresenta mudanças significativas. Nesse sentido, a população, enquanto variável, adquire relevância por meio do uso de pesos relativos entre os dois tipos de áreas, o que neutraliza o efeito do tamanho das unidades analisadas. Tal abordagem favorece a construção de indicadores apropriados à compreensão das dinâmicas regionais (Rippel *et al.*, 2006; Rippel; Lima; Bianco, 2011).

Embora seja comum na literatura o uso do número de empregados por setor como variável para análises de localização espacial e mudanças temporais, este estudo segue uma direção diferente. Opta-se pela aplicação de medidas de localização baseadas em uma matriz que relaciona a distribuição domiciliar-espacial da População (POP), caracterizada conforme a situação de domicílio, urbana ou rural (Rippel; Lima; Bianco, 2011; Alves, 2012).

Outrossim, as colunas da matriz representam a forma como a população se distribui entre os municípios, enquanto as linhas expressam sua organização conforme a situação de domicílio. A partir dessa configuração analítica, foram estabelecidas as seguintes variáveis para investigação:

$$POP_{ij} = \text{População no domicílio } i \text{ do município } j;$$

$$\sum_j POP_{ij} = \text{População no domicílio } i \text{ da região};$$

$$\sum_i POP_{ij} = \text{População em todos os domicílios do município } j;$$

$$\sum_i \sum_j POP_{ij} = \text{População total da região.}$$

A partir da matriz de informações, são apresentadas as medidas de localização da população segundo a situação de domicílio nos 100 municípios que compõem a Região Geográfica Intermediária de Cascavel. Para isso, o estudo utiliza como procedimentos analíticos o Quociente Locacional (QL), o Coeficiente de Redistribuição (CR_i) e o Coeficiente de Reestruturação (CR), com o objetivo de examinar a distribuição populacional no território.

É pertinente esclarecer que o Quociente Locacional (QL) constitui um indicador destinado a mensurar a concentração relativa de determinada variável, revelando o padrão locacional de características demográficas ou econômicas e permitindo identificar setores com maior especialização em uma economia específica. Sua lógica baseia-se na comparação entre a participação percentual de uma variável, como a população em um município e sua participação na região de referência (Alves *et al.*, 2013; Alves, 2016, 2022; Da Silva, 2022). O QL pode ser aplicado a domicílios urbanos, rurais ou à totalidade da população, conforme apresentado na equação 1.

$$QL = \frac{POP_{ij} / \sum_j POP_{ij}}{\sum_i POP_{ij} / \sum_i \sum_j POP_{ij}} \quad (1)$$

A importância relativa de um município no contexto regional, segundo o tipo de domicílio analisado, manifesta-se quando o QL assume valores superiores a 1, sinalizando maior representatividade dessa categoria no município em comparação à região. Por outro lado, valores inferiores a 1 indicam uma participação proporcionalmente menor do domicílio no território regional.

Para fins de interpretação, adotou-se a seguinte classificação: valores de QL iguais ou inferiores a 0,49 indicam baixa concentração; entre 0,50 e 0,99, apontam concentração moderada; e valores iguais ou superiores a 1 denotam alta concentração, conforme a proposta de Da Silva (2022). Além disso, a utilização do QL como indicador permite observar a concentração de setores específicos nos municípios, revelando padrões de especialização e distribuição no espaço regional.

O estudo também incorpora o Coeficiente de Redistribuição (CR_i), que avalia a variação na distribuição percentual da população de um mesmo tipo de domicílio entre dois períodos distintos (ano-base t₀ e ano t₁). Seu propósito é identificar se, ao longo do tempo, predominam processos de concentração ou de dispersão espacial (Rippel *et al.*, 2006; Alves,

2012; Mattei; Mattei, 2017). A aplicação do CR_i possibilita examinar a dinâmica populacional e as tendências de redistribuição entre os municípios. O cálculo segue a fórmula indicada na equação 2.

$$CR_i = \frac{\sum_j |(POP_{ij}/\sum_j POP_{ij}) - (POP_{ij}/\sum_i POP_{ij})|}{2} \quad (2)$$

O Coeficiente de Redistribution (CR_i) apresenta variação entre zero e um, sendo utilizado para verificar a existência de padrões de concentração ou dispersão espacial ao longo do tempo para cada tipo de domicílio. Valores próximos de zero indicam que a distribuição espacial permaneceu estável, com poucas alterações. Já valores próximos de um apontam mudanças expressivas na localização da população entre os dois períodos analisados.

Utilizou-se ainda o Coeficiente de Reestruturação (CR_{eest}), último indicador adotado neste estudo, cujo propósito é identificar alterações na população dos domicílios da região j ao longo de um período determinado. Quando essa mudança é constatada, uma possível explicação é a concentração populacional em um domicílio específico dentro da região i, indicando um processo de reestruturação espacial (Alves, 2012; Mattei; Mattei, 2017; Duarte; Alves; Corrêa, 2024). O cálculo do coeficiente segue a equação 3.

$$CR_{eest} = \frac{\sum_i |(POP_{ij}/\sum_i POP_{ij}) - (POP_{ij}/\sum_i POP_{ij})|}{2} \quad (3)$$

O coeficiente varia entre zero e um. Valores próximos de zero indicam que a composição domiciliar da região permaneceu estável, sem alterações significativas. Em contrapartida, quanto mais próximo de um for o valor, maior será a mudança na estrutura domiciliar da região, indicando uma reconfiguração considerável ao longo do período analisado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A utilização dos procedimentos metodológicos escolhidos para investigar a distribuição da população urbana e rural no período de 2010 a 2022 possibilitou avaliar como a centralidade regional de Cascavel influenciou a reorganização do território em sua área de

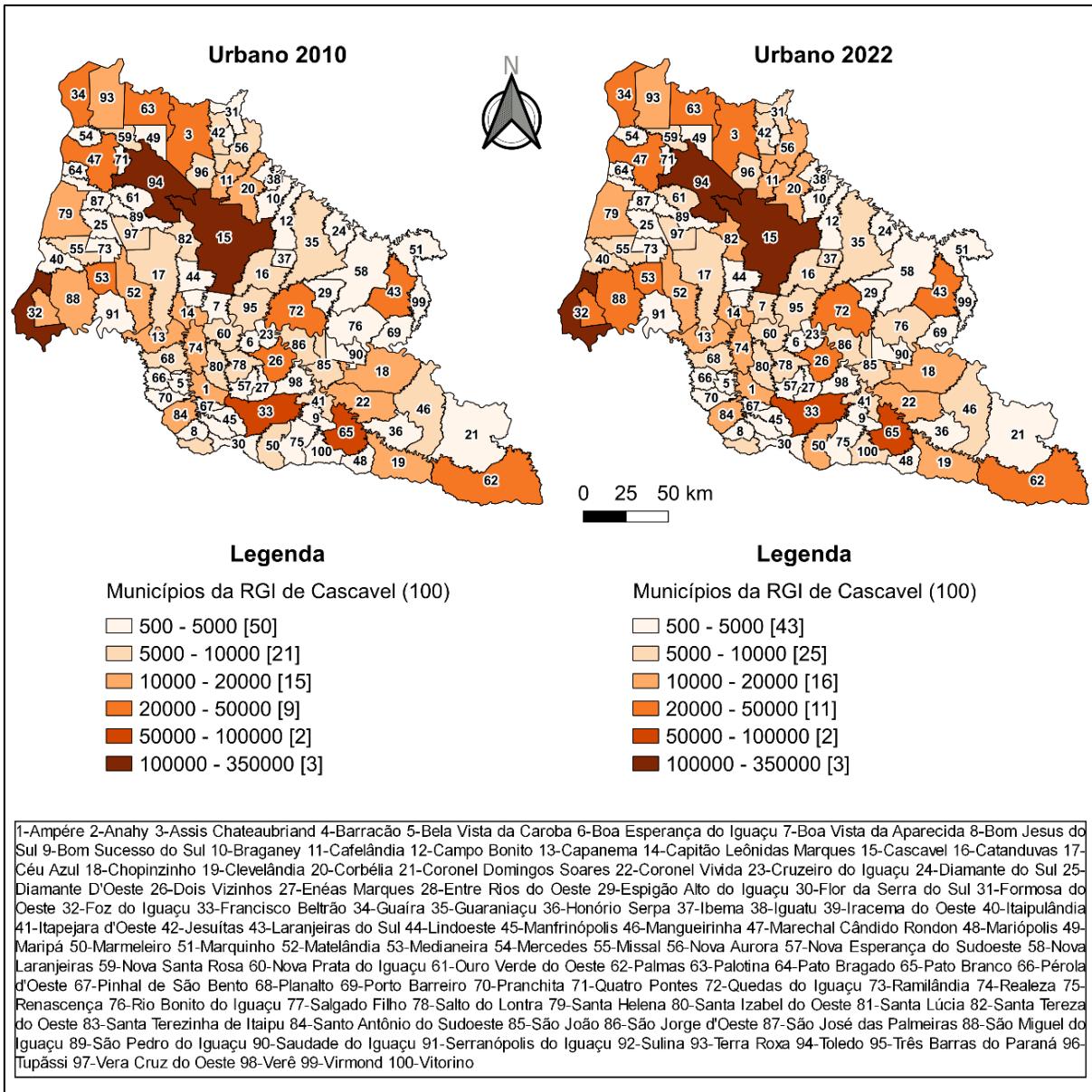
abrangência. Dessa forma, foi possível compreender os efeitos territoriais resultantes da dinâmica populacional relacionada à cidade.

Os dados evidenciam as transformações demográficas e os padrões de concentração populacional urbana e rural ocorridos na RGI de Cascavel durante o período analisado. Destaca-se, em primeiro lugar, a significativa capacidade de concentração populacional do município-sede. Cascavel lidera o processo de acumulação de população na área desde 2010, seguida pelos municípios de Foz do Iguaçu, Toledo, Pato Branco e Francisco Beltrão.

Observa-se que esses cinco municípios concentram as maiores populações da RGI, correspondendo juntos a mais de 50% do total populacional da área. Em 2022, as populações foram distribuídas da seguinte forma: Cascavel com 348.051 habitantes, Foz do Iguaçu com 285.415, Toledo com 150.470, Francisco Beltrão com 96.666 e Pato Branco com 91.836 habitantes.

Esses municípios registraram população urbana e rural superior à média regional nos dois períodos avaliados, que foram de 19.106 habitantes em 2010 e 21.711 habitantes em 2022. A Figura 1 apresenta os dados referentes à distribuição populacional urbana nos anos de 2010 e 2022.

FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS DA RGI DE CASCABEL PARA OS ANOS 2010 E 2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os municípios com maior representatividade na área, nos anos de 2010 e 2022, foram, respectivamente: Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Pato Branco e Francisco Beltrão. Cascavel concentrou 17,85% da população urbana em 2010, aumentando para 18,34% em 2022. Foz do Iguaçu ocupou a segunda posição, com 16,78% em 2010 e 15,57% em 2022. Toledo apresentou 7,15% em 2010 e 7,57% em 2022. Pato Branco, por sua vez, passou de 4,50% para 4,79%, enquanto Francisco Beltrão registrou 4,46% em 2010 e 4,64% em 2022.

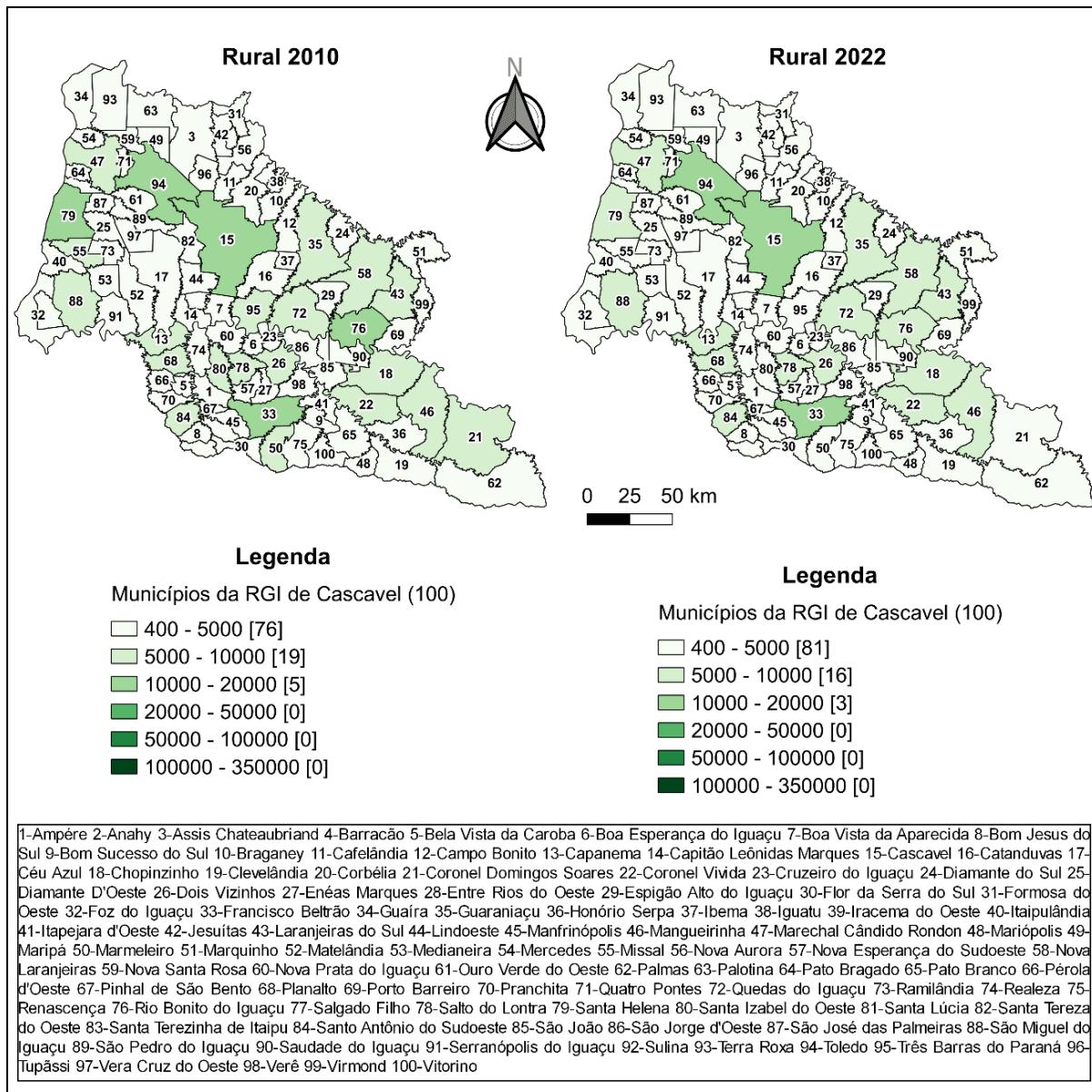
No período analisado, os cinco principais municípios da RGI de Cascavel concentraram 50,74% da população urbana em 2010 e 50,92% em 2022. Esses municípios mantiveram a maior parcela da população urbana da área, enquanto os demais 95 municípios da RGI não alcançaram, em conjunto, metade do total urbano regional em nenhum dos dois anos.

Esse cenário evidencia a força centrípeta do município-sede da RGI de Cascavel, bem como de seus principais núcleos polarizadores: Toledo e Foz do Iguaçu, na Região Oeste, e Francisco Beltrão e Pato Branco, no Sudoeste do Paraná. Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, por apresentarem os maiores contingentes populacionais, configuram-se como centros em que as dinâmicas de produção e consumo ocorrem de forma mais intensa em suas áreas de influência (Piffer, 2023).

A análise da média populacional urbana da RGI em comparação aos 100 municípios evidencia o padrão regional. Em 2010, a média foi de 15.131 habitantes, com 17 municípios apresentando população acima desse valor e 83 abaixo. Esse quadro se manteve relativamente estável ao longo do período, pois, em 2022, a média urbana subiu para 18.222 habitantes, enquanto o número de municípios acima da média permaneceu próximo, com 16, e 84 abaixo.

A distribuição da população rural, apresentada na Figura 2, indica os municípios com as maiores proporções relativas em 2010: Cascavel (4,06%), Francisco Beltrão (2,89%), Toledo (2,78%), Santa Helena (2,72%) e Rio Bonito do Iguaçu (2,60%). Esses cinco municípios, juntos, representam 15,06% da população rural da RGI, contraste significativo em relação aos níveis de concentração observados na população urbana.

FIGURA 2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO RURAL DOS MUNICÍPIOS DA RGI DE CASCABEL PARA OS ANOS 2010 E 2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em 2022, os municípios que apresentaram as maiores concentrações relativas de população rural foram Cascavel (3,99%), Toledo (3,57%), Francisco Beltrão (3,48%), Quedas do Iguaçu (2,59%) e Nova Laranjeiras (2,58%). Juntos, esses municípios representaram 18,74% da população rural da RGI.

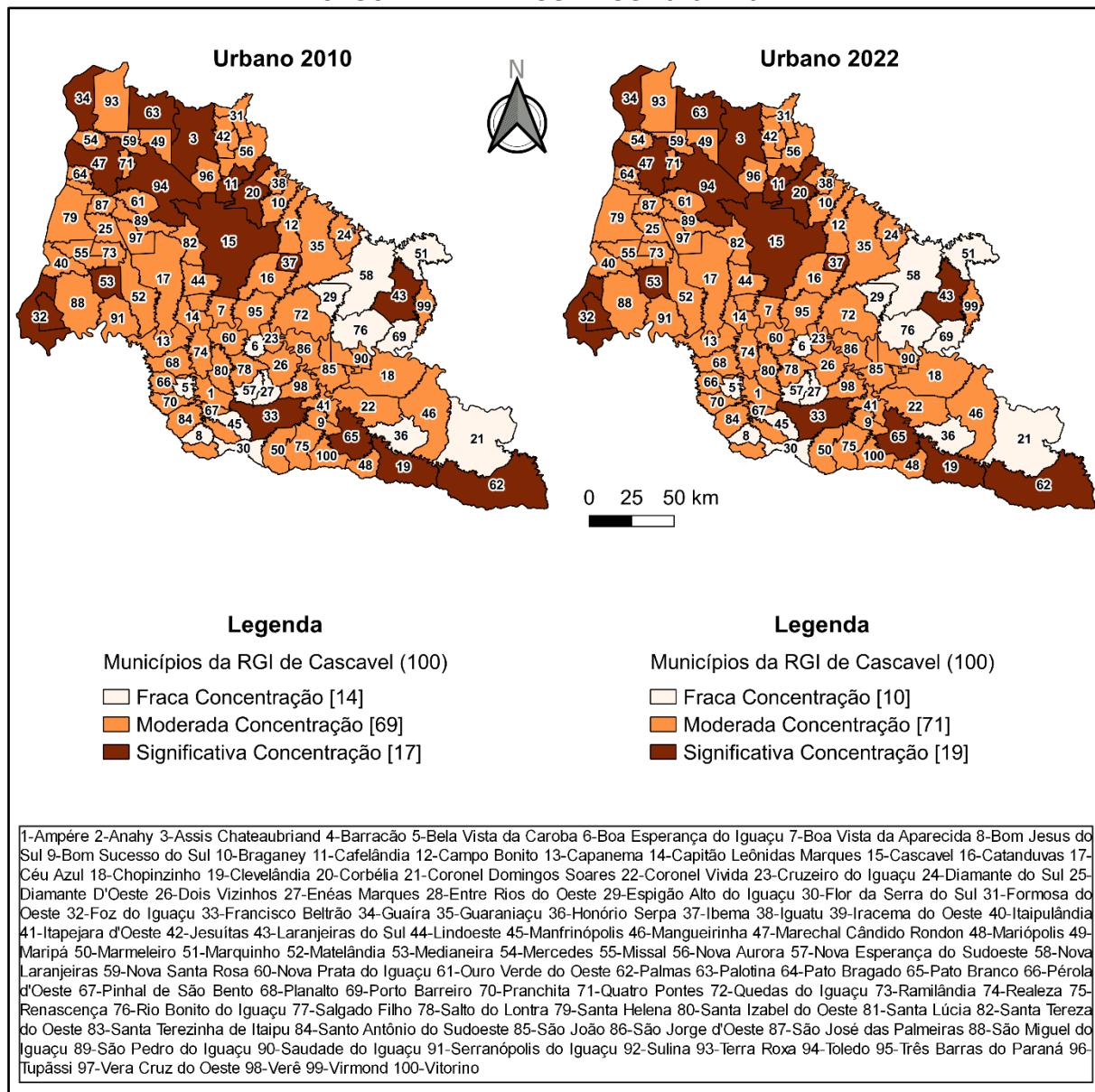
Ao comparar os dados com a média da RGI em 2010, que foi de 3.975 habitantes, observa-se que 37 municípios apresentaram população rural acima desse valor, enquanto 63 ficaram abaixo. Essa distribuição manteve-se semelhante em 2022, com 36 municípios acima

da média regional, que nesse ano foi de 3.489 habitantes, e 64 abaixo dela. Esse padrão sugere uma tendência de declínio populacional no meio rural, possivelmente relacionada à busca por melhor qualidade de vida e segurança nos centros urbanos. Para conter esse processo migratório, torna-se necessária a implementação de políticas sociais que promovam o desenvolvimento sustentável e a permanência das populações rurais (Oliveira; Cardoso; Piffer, 2024).

Para avaliar o grau de concentração da população urbana e rural na Região Geográfica Intermediária (RGI) de Cascavel, utilizou-se o Quociente Locacional (QL) como indicador. Essa ferramenta permitiu identificar a representatividade relativa da população urbana e rural de cada município em comparação à média regional, evidenciando as áreas com maior densidade populacional e aquelas com menor expressividade demográfica.

Conforme ilustrado na Figura 3, a maioria dos municípios da RGI de Cascavel apresentou concentração moderada da população urbana, com valores do QL entre 0,50 e 0,99. Em 2010, 69 municípios estavam nessa faixa, número que aumentou para 71 em 2022, indicando uma leve redistribuição da população urbana e um crescimento proporcional em áreas de porte médio.

FIGURA 3. QUOCIENTE LOCACIONAL DA POPULAÇÃO URBANA POR MUNICÍPIOS DA RGI DE CASCABEL PARA OS ANOS 2010 E 2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Observa-se, ainda, uma redução no número de municípios com baixa concentração urbana, que passou de 14 para 10 entre 2010 e 2022, enquanto os municípios com concentração significativa ($QL \geq 1,00$) aumentaram de 17 para 19. Esses dados indicam um processo de adensamento urbano relativo e a consolidação de polos regionais, ao mesmo tempo em que apontam para uma distribuição mais equilibrada da urbanização em níveis locais, fortalecendo o papel dos centros urbanos secundários na estrutura regional.

Entre os 100 municípios analisados, os maiores valores do QL em 2010 foram registrados em Foz do Iguaçu (1,25), Cascavel e Pato Branco (ambos com 1,19), seguidos

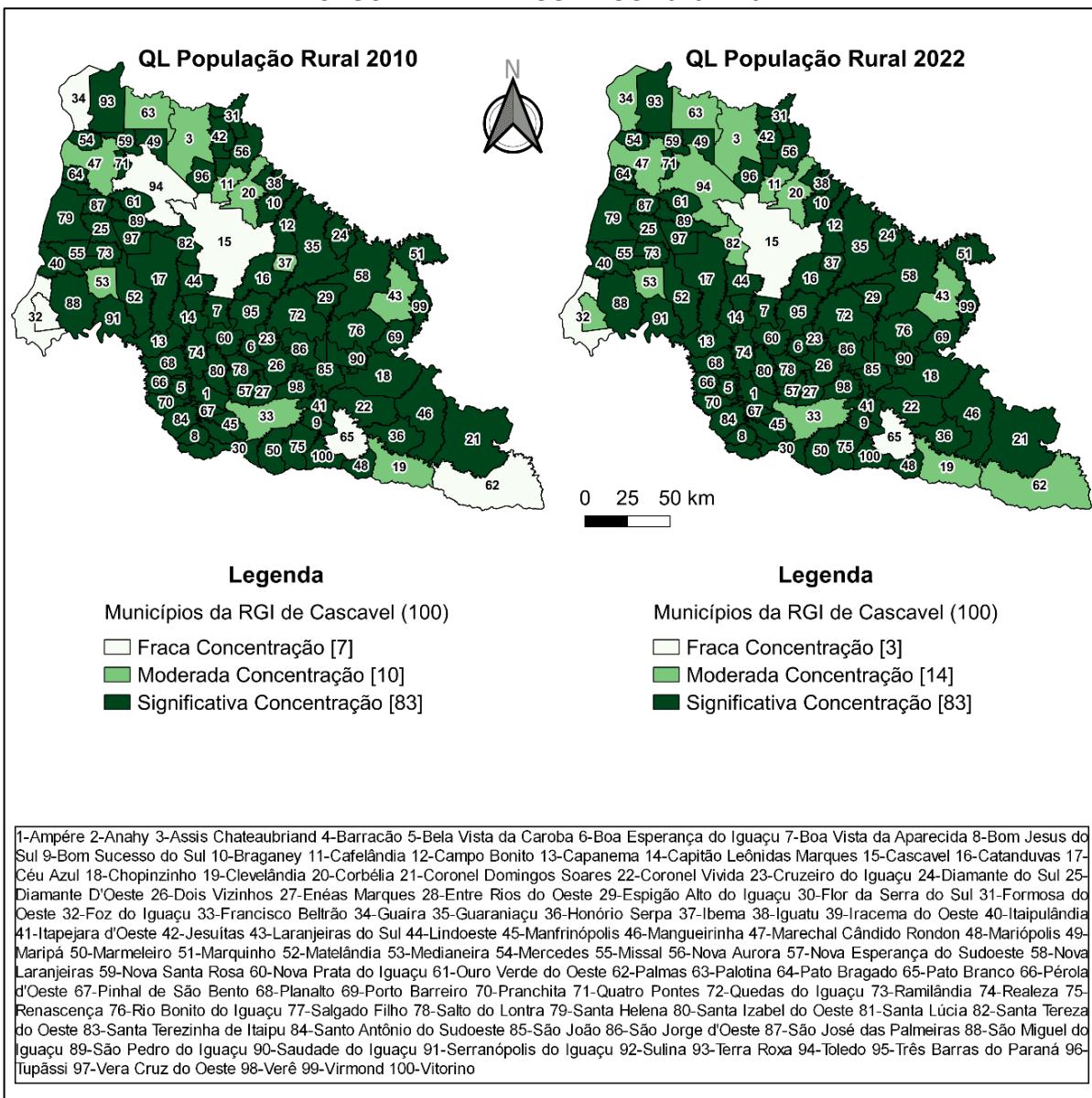
por Palmas (1,17) e Guaíra (1,16). O número de municípios com baixa concentração urbana ($QL \leq 0,49$) caiu de 14 em 2010 para 10 em 2022, sendo que dois municípios migraram para a faixa de concentração moderada e outros dois para a faixa de concentração significativa, refletindo recentes processos de crescimento urbano relativo.

Esse padrão indica tanto a consolidação dos polos regionais já estabelecidos quanto o surgimento de novas centralidades urbanas, evidenciando um processo de reordenamento funcional e espacial do território. A evolução do Quociente Locacional da população urbana entre 2010 e 2022 reflete alterações na hierarquia urbana regional e destaca características do *continuum* urbano-rural.

Essas transformações revelam uma crescente complexidade nas interações espaciais, sinalizando que a tradicional separação entre urbano e rural vem sendo substituída por formas territoriais mais híbridas e interdependentes. Tal dinâmica impõe novos desafios ao planejamento regional e à oferta de serviços públicos, exigindo abordagens integradas e sensíveis às especificidades locais (Silveira, 2006).

Em relação ao QL da população rural, os dados apresentados na Figura 4 indicam que, tanto em 2010 quanto em 2022, 83 municípios da RGI de Cascavel registraram valores superiores a 1, evidenciando significativa concentração rural. Esse resultado reforça a persistência da relevância relativa da população rural no território, ao mesmo tempo em que revela uma dinâmica de transição, com áreas periurbanas caracterizadas por um *continuum* urbano-rural em expansão.

FIGURA 4. QUOCIENTE LOCACIONAL DA POPULAÇÃO RURAL POR MUNICÍPIOS DA RGI DE CASCABEL PARA OS ANOS 2010 E 2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

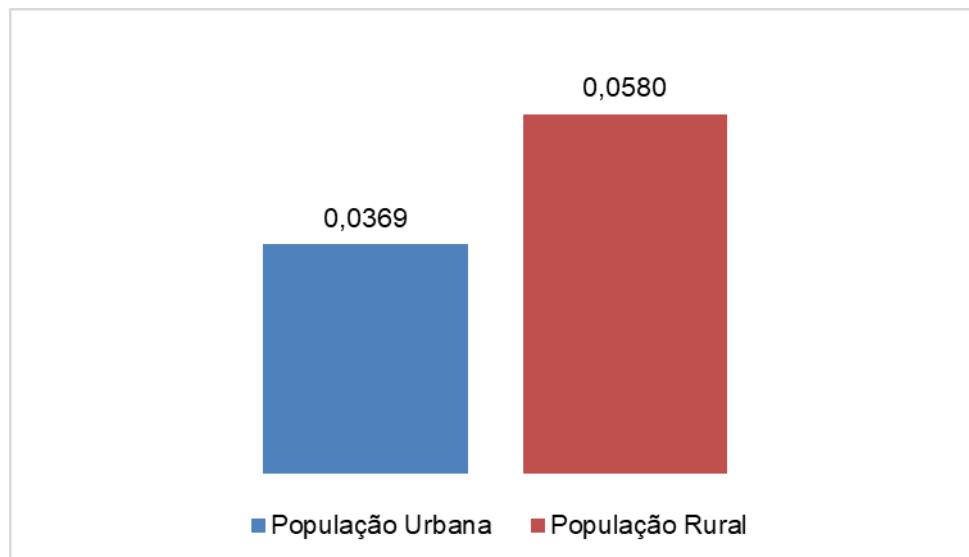
Os dados apontam para uma estabilidade significativa na concentração relativa da população residente no meio rural da RGI de Cascavel, reforçando a continuidade da ruralidade como elemento estruturante do território. Paralelamente, nota-se uma redução no número de municípios com baixa concentração rural e um leve crescimento da faixa de concentração moderada, sugerindo uma redistribuição gradual da população rural no espaço regional.

Nos dois períodos analisados, os cinco municípios com maiores valores de QL mantiveram-se os mesmos, embora com alterações em sua ordem. Em 2010, destacaram-se

Marquinho (4,30), Porto Barreiro (3,90), Manfrinópolis (3,80), Nova Laranjeiras (3,79) e Coronel Domingos Soares (3,64). Já em 2022, os maiores valores foram registrados em Nova Laranjeiras (4,65), Manfrinópolis (4,42), Porto Barreiro (4,34), Marquinho (4,18) e Coronel Domingos Soares (3,99), evidenciando a continuidade da expressiva concentração rural nesses territórios. Essa recorrência sugere uma baixa mobilidade rural-urbana nesses territórios, possivelmente relacionada à predominância de atividades agropecuárias, presença da agricultura familiar, limitada infraestrutura urbana ou ausência de centros urbanos atrativos próximos. Esses municípios se configuraram como núcleos estruturantes da ruralidade, reforçando sua centralidade na organização funcional do espaço regional.

A análise do coeficiente de redistribuição indica que houve pouca variação na distribuição da população entre 2010 e 2022, tanto no meio urbano (CR_i de 0,0369) quanto no meio rural (CR_i de 0,0580). Esses valores sugerem um padrão de estabilidade espacial, com mudanças discretas na localização populacional dentro da RGI de Cascavel. O resultado aponta para a manutenção da configuração territorial da população ao longo do período, com uma redistribuição um pouco mais expressiva no espaço rural (Figura 5).

FIGURA 5 – COEFICIENTE DE REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA RGI DE CASCABEL POR DOMICÍLIO URBANO E RURAL PARA OS ANOS 2010/2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

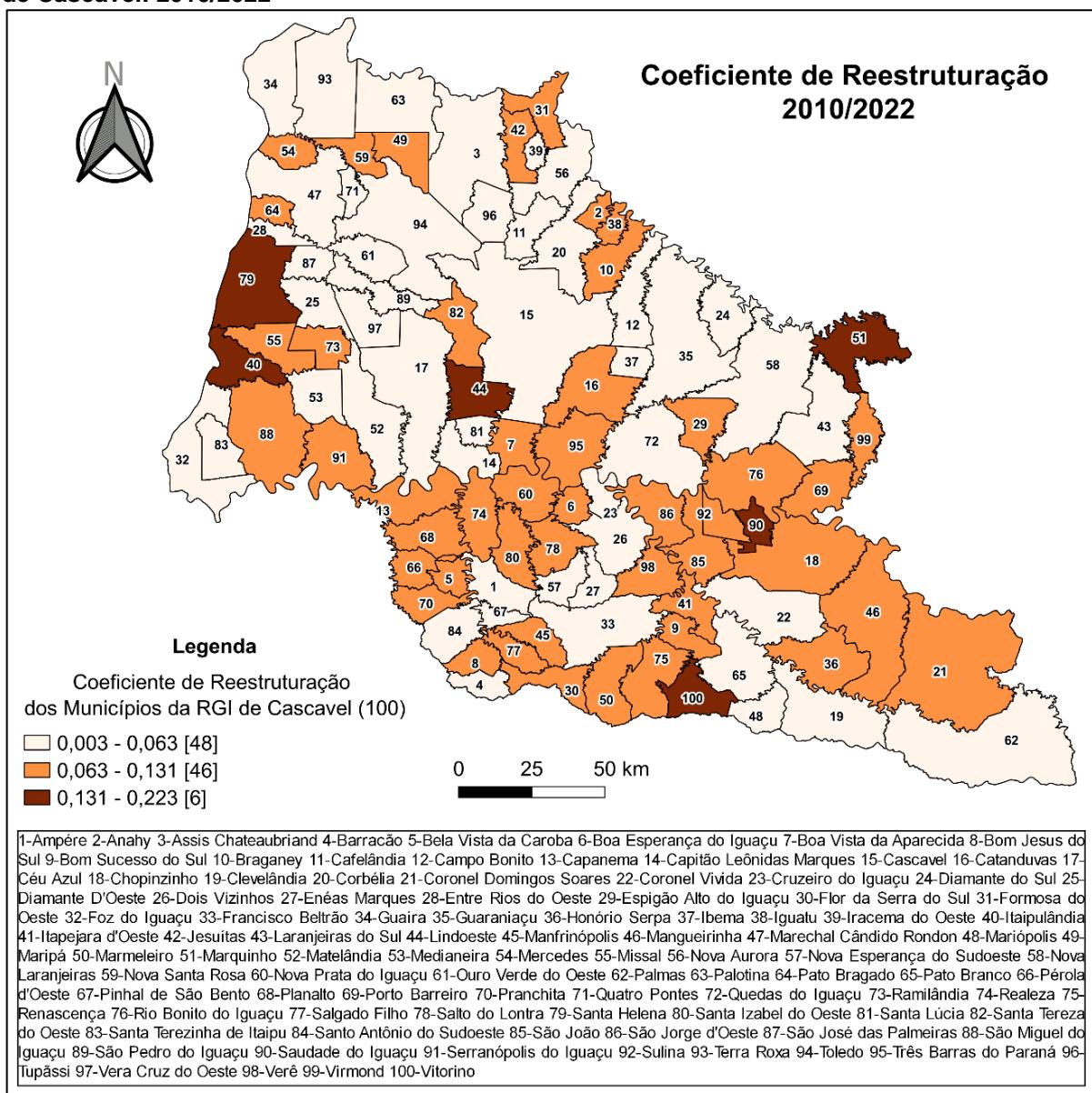
Ainda que tenham ocorrido alterações relevantes na distribuição espacial da população na região, a análise comparativa favorece, em geral, os municípios com mais de 20 mil habitantes. Apesar disso, a população residente no meio rural continua exercendo

papel significativo nas localidades de menor porte, evidenciando a persistência da ruralidade nesses contextos.

Através do Coeficiente de Reestruturação, é possível observar as transformações na composição da população urbana e rural da RGI de Cascavel, conforme apresentado na Figura 6. Esse indicador permite mensurar alterações na estrutura ocupacional do território ao longo do tempo, tanto no meio urbano quanto no rural. Valores próximos de zero sinalizam relativa estabilidade estrutural, enquanto coeficientes mais próximos de um indicam processos mais intensos de reestruturação demográfica.

A Figura 6 evidencia as alterações na distribuição populacional entre os distintos setores da RGI em estudo. Os dados apontam que Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo lideraram esse processo, em virtude das transformações ocorridas em seus territórios. Esses municípios, por concentrarem os maiores contingentes populacionais da região, apresentaram mudanças significativas em suas estruturas produtivas, especialmente nos segmentos da agricultura, pecuária, indústria e serviços (Rippel et al., 2006).

Figura 6. Coeficiente de reestruturação para a população urbana e rural por municípios da RGI de Cascavel: 2010/2022



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A especialização funcional das cidades evidencia um processo de reestruturação relevante na Região Geográfica Intermediária, impulsionado principalmente pelas transformações nos padrões locacionais, pelo avanço da industrialização e pela modernização da agricultura. Esses fatores contribuíram para uma expansão urbana acelerada, conduzindo à conformação de uma nova hierarquia urbana no território (Souza, 2022).

A partir da análise do Coeficiente de Reestruturação para os municípios da RGI de Cascavel entre 2010 e 2022, observa-se uma configuração territorial majoritariamente estável,

com 48% dos municípios apresentando baixos níveis de mudança na estrutura demográfica urbano-rural. Por outro lado, 46 municípios passaram por reestruturações moderadas, enquanto apenas 6 registraram transformações mais expressivas na composição de suas populações urbana e rural.

Os dados apontam para um processo de transição funcional assimétrico entre os municípios, indicando que a urbanização e a redistribuição demográfica ocorrem de maneira heterogênea. Essas mudanças são influenciadas por transformações socioeconômicas específicas de cada localidade, além da intensificação de interações entre áreas urbanas e rurais, especialmente no Sudoeste da RGI de Cascavel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como propósito examinar a distribuição da população urbana e rural na Região Oeste do Paraná, nos anos de 2010 e 2022, a partir da aplicação do Quociente Locacional, Coeficiente de Redistribution e do Coeficiente de Reestruturação. A análise incluiu ainda um comparativo com as dinâmicas observadas no restante do Estado, buscando compreender as transformações espaciais e demográficas ocorridas ao longo do período considerado.

Os resultados indicam alterações relevantes na estrutura da população residente na região, tanto em relação à composição domiciliar quanto à distribuição espacial. Municípios que já concentravam a população urbana, como Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, continuaram a crescer, firmando-se como polos regionais dinâmicos e promovendo o adensamento e a centralização funcional. Paralelamente, municípios menores mantiveram ou ampliaram sua população rural, evidenciando a continuidade das estruturas produtivas e sociais vinculadas ao meio rural, especialmente em áreas com forte atividade agropecuária.

Observa-se que a Região Geográfica Intermediária (RGI) de Cascavel reproduz, em seu interior, características típicas do processo de modernização econômica e demográfica observado na Região Sul do Brasil. Do ponto de vista econômico, destaca-se a transformação da agricultura de subsistência em um sistema mercantil, acompanhada pela modernização do setor agropecuário, pela industrialização de produtos primários e pela urbanização de áreas anteriormente predominantemente rurais.

Esse processo provocou uma reconfiguração funcional do território, na qual centros urbanos como Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo estabeleceram um *continuum* urbano-industrial. Por outro lado, os municípios periféricos continuam fortemente vinculados a um *continuum* urbano-rural, marcado pela coexistência entre funções urbanas e atividades rurais tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. ESPECIALIZAÇÃO E ESTRUTURA PRODUTIVA NA ANÁLISE REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 26, n. 2, p. 9–29, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/28307>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- ALVES, L. R. *et al.* Gênero e distribuição espacial da população no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 149–165, 2013. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3653>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (org.). **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba: Camões, 2012. p. 134.
- ALVES, L. R. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento local: o caso do Município de Toledo, Estado do Paraná, Brasil**. 2016. Tese de Doutorado em Geografia - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/23630>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- DA SILVA, V. V. Análise do Quociente Locacional no município de Pedro Afonso/TO através do software livre Qgis. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 6, n. 2, p. 89–99, 2022. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/1116>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- DUARTE, V. N.; ALVES, L. R.; CORRÊA, A. de S. Reestruturação produtiva no estado de Mato Grosso do Sul entre 1980 e 2010. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 21, n. 3, jul./set., p. 135–160, 2024. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2780>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. D. C.; BARROS, A. L. H. OS TERRITÓRIOS ECONÔMICOS NO OESTE DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO SEU CRESCIMENTO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, [s. l.], v. 10, n. 18, 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/4907>. Acesso em: 22 maio 2025.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2017.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 22 maio 2025.
- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MATTEI, T. F.; MATTEI, T. S. Métodos de Análise Regional: um estudo de localização e especialização para a Região Sul do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 227–243, 2017. Disponível em:

<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/913>. Acesso em: 28 nov. 2024.

OLIVEIRA, L. de; CARDOSO, A. A. de A.; PIFFER, M. Dinâmica Econômica Municipal em Mato Grosso: Um Enfoque Setorial de 2005 a 2020. **Geosul**, Florianópolis, v. 39, n. 90, p. 347–371, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/99497>. Acesso em: 14 maio 2025.

PIFFER, M. RESTRUTURAÇÃO ESPACIAL E PRODUTIVA NO OESTE PARANAENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI / SPATIAL AND PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN WEST OF PARANÁ STATE AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 27, n. 2, p. 350–365, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/31208>. Acesso em: 14 maio 2025.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. Doutor em Demografia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497601>. Acesso em: 22 maio 2025.

RIPPEL, R. Movimentos migratórios e mobilidade na fronteira: o Oeste do Paraná frente às transformações intra-regionais de 1970 a 2010. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 89–119, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/461>. Acesso em: 22 maio 2025.

RIPPEL, R. et al. Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense: Uma análise de 1970 a 2000. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**, v. 15, 2006. Disponível em: <https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2006/trabalhos/notas-sobre-a-localizacao-da-populacao-urbana-e-rural-no-oeste-paranaense-uma-an?lang=pt-br>. Acesso em: 29 nov. 2024.

RIPPEL, R.; LIMA, J. F. de; BIANCO, T. S. D. Notas e Considerações Sobre Migração e a Distribuição da População no Oeste do Paraná - 1975 a 2010. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 15, n. 3, p. 503–524, 2011. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6298>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SILVEIRA, M. L. O ESPAÇO GEOGRÁFICO: DA PERSPECTIVA GEOMÉTRICA À PERSPECTIVA EXISTENCIAL. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 19, p. 81, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73991>. Acesso em: 15 maio 2025.

SOUZA, M. L. de. **O Desafio Metropolitano: Um Estudo Sobre a Problemática Socio-Espacial Nas Metrópoles Brasileiras**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

WELTER, C. A. et al. CRESCIMENTO ECONÔMICO NO OESTE DO PARANÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES REGIONAIS. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, Curitiba, v. 41, n. 138, 2020. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1143>. Acesso em: 13 nov. 2024.